



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Tradição na pesquisa

Ciência A UFRGS tem cerca de 400 laboratórios e núcleos de pesquisas em todas as suas unidades. São mais de dois mil professores e técnicos pesquisadores, além de 12 mil mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos e 2,7 mil bolsistas de iniciação científica, realizando investigações de reconhecimento internacional nas mais diversas áreas de

conhecimento. A equipe do JU visitou alguns desses laboratórios da Universidade para entender como os cientistas se relacionam com suas “segundas casas”, tais como o Laboratório de Implantação Iônica do Instituto de Física, no Câmpus do Vale (foto), criado pelo físico Fernando Zawislak na década de 1980. **P6 e P7**

CICLO DE PAINÉIS

Perspectivas futuras

Com o objetivo de provocar reflexão e promover entendimento sobre alguns cenários do Brasil a partir da eleição presidencial de 2018, a UFRGS e o ILEA promoveram o ciclo de painéis Conjuntura nacional na perspectiva de futuro. Em parceria com o JU, painelistas foram convidados a publicar artigos nesta e na próxima edição. Neste mês, Saulo de Queiroz, procurador-geral da UFRGS, discute as bases constitucionais que garantem a autonomia universitária e a liberdade de cátedra, enquanto Fernando Ferrari, professor titular aposentado, reflete sobre o fracasso das experiências passadas de “choque de liberalismo”. **P4 e P5**

VESTIBULAR

Um perfil dos fiscais

Pelo menos uma coisa os fiscais do Vestibular têm em comum: a vontade de que a Universidade selecione os candidatos mais alinhados com os valores da instituição. Essa é a conclusão do doutorando em Sociologia Ricardo Cortez Lopes, que realizou uma extensa pesquisa, acompanhando de perto quatro concursos, nos quais atuou na fiscalização. Em artigo, ele relata que o que move a maioria dos fiscais a fazer seu trabalho não é o medo da punição, nem a remuneração. A maior motivação é o desejo de ver selecionados os candidatos que estudaram para a prova. **P8**

CENÁRIO ECONÔMICO

Brasil perde protagonismo

O país construiu nas últimas décadas uma posição consolidada no contexto econômico internacional, mas começa a perder protagonismo no Novo Banco de Desenvolvimento, instituição criada pelo bloco BRICS. A avaliação é de Paulo Nogueira Batista, ex-diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ex-vice-presidente do chamado banco dos BRICS. Em entrevista ao JU, ele traça um panorama da situação atual brasileira junto aos dois órgãos financeiros internacionais.



TATIANY LUKRAPHKA/FCE/UFRGS

AVALIAÇÃO DO MEC

UFRGS volta a ser destaque entre universidades federais

P3

P9



Espaço da Reitoria

Jane Fraga Tutikian
Vice-reitora e Pró-reitora Acadêmica

Tempo de futuro

Mais uma vez, encerramos um ano com uma ótima notícia para a UFRGS: a Universidade é a melhor instituição federal de ensino superior do Brasil. E pelo sétimo ano consecutivo. É motivo para comemorar e iniciar 2019 cheios de alegria.

Neste mês, acontece o Concurso Vestibular da UFRGS. Sei exatamente o que significa essa frase para o estudante, para a família e para a sociedade: expectativa, medo, decisão, superação. Todos sentimentos muito fortes. Para o jovem, uma semana de janeiro decisiva para a vida. Uma semana que significa a caminhada para o futuro e que, por sua vez, pode concretizar o sonho da sua própria escolha, do que decidiu profissionalmente ser. Basta que se olhe para os olhos atrás da pintura colorida do rosto para perceber que eles se confundem com felicidade. E, se não há o rosto pintado e se há a tristeza, há, também, uma força de recomeço, de persistência, porque também disso a vida é feita.

Não tenho a menor dúvida de que somos uma Universidade plural e democrática, voltada para o respeito à diferença e à solidariedade. O Art. 2.º do nosso Estatuto está lá a atestar.

Muito antes da Lei de Cotas, já em 2007, o Conselho Universitário aprovava a reserva de vagas. Fomos uma das primeiras universidades a adotar o nome social. Como todas as instituições federais de ensino, temos uma reserva de 50% das vagas para cotas raciais, sociais e, em 2018, abrimos as cotas para as pessoas com deficiência. Isso significa alterações na própria sistemática de ingresso e posso dizer com tranquilidade que esta Universidade de 84 anos vem estudando, vem buscando melhorar o sistema a cada ano.

O processo de ingresso não é fácil. A heteroidentificação das cotas raciais exige um método claro, absolutamente transparente e objetivo dentro de sua complexidade. A análise dos documentos exigidos dos estudantes vulneráveis, do ponto de vista socioeconômico, tem sido problemática.

A morosidade do processo, que tanto inquieta os estudantes, nos inquieta também. Pensando em soluções, criamos a chamada matrícula precária, um sistema paliativo que tem se mostrado pouco eficiente. Era e é, portanto, preciso mudar, buscar soluções

mais definitivas. Pensando nisso, criamos uma Comissão Permanente de Ingresso, formada por profissionais das diferentes pró-reitorias para debater sobre o tema. Decidimos, também, pela antecipação do Concurso Vestibular 2020, a exemplo do Enem. Ele será realizado nos dois últimos finais de semana de novembro deste ano. Buscamos, com isso, terminar com a matrícula provisória, uma vez que a heteroidentificação e a análise documental iniciarão antes, e o grande objetivo é termos, no início do ano letivo, condições de realização da matrícula efetiva dos aprovados no vestibular. Trata-se de uma decisão que visa melhorar os procedimentos de ingresso e atender a uma antiga demanda da sociedade.

A Administração Central deseja a todos um 2019 pleno do que melhor existe. Aos vestibulandos, sucesso, muito sucesso. Queremos recebê-los de braços abertos em março e vê-los transitarem pelos diferentes câmpus da UFRGS, uma vez que, da Universidade, os alunos são princípio e fim, a verdadeira alma. É isso que nos torna uma universidade de destaque no cenário nacional.






Carta aos leitores

Pelo sétimo ano consecutivo, a UFRGS é considerada a melhor instituição federal de ensino superior no Índice Geral de Cursos. É, portanto, motivo de celebração e alegria. No entanto, o cenário que se desenha com o novo governo federal gera apreensão: durante a campanha eleitoral, questionou-se o papel das universidades, falou-se em cobrança de taxas no ensino superior e ameaçou-se a autonomia dessas instituições. Essa conjuntura nos levou a propor uma edição que, neste princípio de jornada, nos leve a lembrar um pouco do papel que a UFRGS tem desempenhado.

Para tal, apresentamos histórias de alguns dos laboratórios que há mais tempo têm produzido conhecimento. Trazemos, ainda, um ensaio fotográfico com o projeto Som no Salão, que tem ocupado, de alguma forma, um espaço que antes era protagonizado pelas agora agonizantes TVE e FM Cultura na circulação da produção cultural sul-rio-grandense. No mesmo sentido, apresentamos mudanças nos Restaurantes Universitários, que cada vez mais incentivam a busca

por uma alimentação saudável entre a comunidade da UFRGS. Num campo mais pedagógico, o Datathon, evento que reuniu estudantes de diferentes áreas para fazer análises de dados relativos ao processo eleitoral que vivemos em 2018.

Para contribuir com a reflexão sobre o que se espera no quadriênio presidencial que ora começa, convidamos os participantes do ciclo de painéis *Conjuntura Nacional na Perspectiva de Futuro* para produzirem uma série de textos que reflète um pouco do que se debateu no evento. Nesta primeira edição, a autonomia universitária e a política econômica estão em debate.

De modo a complementar esta reflexão, também trazemos uma entrevista com Paulo Nogueira Batista Junior, que analisa a posição do Brasil no contexto internacional. Finalmente, tematizamos o Concurso Vestibular a partir das mudanças que sofre em 2019 e de sua configuração como ritual de iniciação à dinâmica típica da coletividade que integra a Universidade.

Boa leitura!

Trabalho reconhecido

O JU recebeu, no mês passado, o prêmio Rui Bianchi da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão ligado ao governo do estado de São Paulo. A reportagem *Barreiras Transponíveis*, publicada na edição de junho de 2018, é de autoria do repórter Felipe Ewald e ficou em 2.º lugar na categoria impresso.

A matéria aborda a realidade dos alunos com algum tipo de deficiência na UFRGS, sobretudo depois que a Universidade passou a reservar 25% de suas vagas a pessoas com deficiências.

O Prêmio de Jornalismo Rui Bianchi destaca, desde 2013, autores de matérias jornalísticas que tratam de temáticas relativas a pessoas com deficiência em suas diferentes dimensões. O nome do troféu homenageia o ativista falecido em 2001 que militava em favor das causas desses grupos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br
Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademmo JU)
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Antônio Falcetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Carolina Pasti, Emerson Trindade Acosta, Isabel Linck Gomes e Natalia Henkin
Estagiários Henrique Moretto e Lucas Borghetti
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 7 000 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.





Universidade é a melhor federal no Índice Geral de Cursos

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, em dezembro, a mais recente avaliação do Ensino Superior no Índice Geral de Cursos (IGC). A UFRGS alcançou a maior pontuação entre todas as instituições federais do país, com o índice contínuo de 4,31, numa escala que vai de 1 a 5. Esse é o sétimo ano consecutivo em que a Universidade obtém o destaque de melhor federal do Brasil.

A vice-reitora Jane Tutikian diz que, apesar da redução dos investimentos por parte do governo federal, a instituição ainda teve nota melhor do que a de 2017. “Mesmo com os desafios e a desacreditação dos reitores

e da gestão universitária, a Universidade não está em crise pela qualidade das pessoas que temos. São alunos, professores e técnicos qualificados”, ressalta.

Conforme Tutikian, a busca por parceiros auxilia a Universidade a manter programas de incentivo para o desenvolvimento da pesquisa e extensão. “Dentro da ideia de buscar melhorias da qualidade de vida, estamos trabalhando em inovação tecnológica e no aprimoramento das ações de extensão, ensino e pesquisa. Além disso, estamos buscando parcerias, porque essa é uma das vias para enfrentar a redução do orçamento das universidades.”

Entre todas as instituições de ensino superior do Brasil, a UFRGS ficou atrás apenas da Universidade Estadual de Campinas, com nota 4,38. No Rio Grande do Sul, apenas mais duas instituições ficaram na faixa mais alta da avaliação – Faculdades EST, com sede em São Leopoldo, e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcsa).

Entre as dez instituições mais bem avaliadas na listagem geral também estão: Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal

do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal de São Carlos; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Universidade Federal de Lavras. Desde 2012, a UFRGS é a universidade federal com o maior IGC-Contínuo na avaliação do MEC, tendo sido, também, a melhor entre todas as universidades nos anos de 2012, 2013 e 2014 (nos dados correspondentes às avaliações 2011, 2012 e 2013).

Avaliação – O Índice Geral de Cursos (IGC) é resultado da avaliação das instituições de ensino superior do Brasil. Trata-se de uma média ponderada, a partir da distribuição dos estudantes nos níveis de ensino, que envolve os conceitos da Capes para os cursos de pós-graduação stricto sensu e as notas contínuas do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) da graduação, o qual combina os seguintes aspectos: desempenho dos estudantes, valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso, corpo docente e condições oferecidas para o desenvolvimento do processo formativo. Considerando os cursos de graduação avaliados em 2017 pelo CPC, a UFRGS obteve nota máxima (CPC faixa 5) em três deles. É o caso da Engenharia Hídrica, Química Bacharelado e Química Licenciatura. A avaliação é realizada a cada três anos, envolvendo cursos diferentes a cada ano e levando em conta a nota do ENADE.



RAMON MOSER/SECOM

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Divisão de Alimentação prepara novidades

A partir deste ano, haverá opção vegetariana em todos os câmpus da Universidade. Isso será possível devido à adoção do serviço de refeições transportadas – já implementado no Centro, Vale e Agronomia – nos restaurantes universitários (RUs) da Saúde e da Esefid. Para tanto, eles ficarão fechados, para encerramento financeiro e realização do inventário anual do almoxarifado, até o mês de fevereiro. Já os RUs com sistema de refeições transportadas permanecem abertos durante o período de férias, com exceção do Litoral Norte, que reabre no dia 4 de fevereiro.

Outra novidade é o lançamento do blog Laranja na Colher no início deste ano. A plataforma, que é

parceira do JU, tem como intuito buscar aproximação com os frequentadores dos RUs, além de falar sobre alimentação, nutrição e saúde. As redes sociais do blog já estão no ar (Facebook, Instagram e Twitter). Na mesma linha, a Divisão de Alimentação (DAL) pretende intensificar as atividades do Núcleo de Assistência Nutricional, que promove ações estratégicas dentro dos RUs. A nutricionista e diretora do setor, Ludymila Barroso, esclarece: “Já houve uma atividade que desafiava os frequentadores a ler alguns rótulos; quem conseguia ganhava uma salada de frutas”. “A ideia”, segundo ela, “é transformar a Universidade numa promotora de saúde, principalmente nutricional.”

VESTIBULAR

Concurso para ingresso em 2020 será antecipado

As provas do vestibular para ingresso em 2020 ocorrerão em novembro deste ano. O exame terá quatro dias de duração, divididos em dois finais de semana subsequentes: 23 e 24 de novembro e 30 de novembro e 1.º de dezembro.

A antecipação da data de realização do concurso vestibular faz parte de um conjunto de medidas implementadas pela Universidade para otimizar os processos de matrículas e a ocupação das vagas. Dessa forma, a UFRGS terá mais tempo para as análises de documentos e aferições exigidas aos candidatos classificados para ingresso pelo Programa de Ações Afirmativas e também poderá fazer mais

chamamentos para ocupação de vagas remanescentes.

O objetivo é terminar com um sistema paliativo que vinha se mostrando pouco eficiente: a matrícula provisória, instrumento que permite aos alunos chamados após o início do semestre frequentar as aulas antes de seus documentos serem examinados completamente. Com a antecipação, a expectativa é que o processo de heteroidentificação relativo às cotas raciais e a análise documental dos candidatos aprovados pelas cotas socioeconômicas e pela reserva voltada às pessoas com deficiências iniciarão mais cedo, de modo que, no início do ano letivo, as vagas já estejam devidamente ocupadas.



CONHECENDO A UFRGS

De olho no céu

O Observatório Astronômico da UFRGS completou 110 anos em 2018. Localizado no Câmpus Centro, atrás da Escola de Engenharia, não é percebido por todos que circulam pela universidade. Criado no início do século XX como Instituto Astronômico e Meteorológico, tinha o objetivo de fornecer a hora certa para Porto Alegre. Hoje, além de guardião da memória, caracteriza-se como centro de ensino, extensão, divulgação científica e cultural.

O espaço foi inaugurado em 1908 com peças confeccionadas na França, como as lunetas Gautier. “Há um entendimento de que esse observatório não é apenas um lugar para observar o céu, para observar crateras da lua, mas também para preservar a memória do seu acervo, como um patrimônio histórico material e imaterial”, afirma o diretor do Observatório Alan Alves Brito.

O prédio é rico em detalhes arquitetônicos representando planetas e com estátuas e afrescos mitológicos. Detalhes que resultaram no seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2002.

O Observatório também se engaja na luta por um acesso mais inclusivo à ciência, buscando livrá-la do padrão do homem branco, heterossexual e bem-nascido, por meio de atividades promovidas para a comunidade. “Temos questionado esse modelo de fazer as ciências exatas, que não nos interessa. Queremos uma ciência com uma construção humana, uma ciência inclusiva, com pessoas que foram historicamente excluídas desse processo: mulheres, indígenas, negros, LGBTs, pessoas com deficiência”, sentenciou Alan.

Fernanda Polo,
estudante do 2.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

Para saber mais sobre o Observatório Astronômico, assista ao programa *Simplifísica* que vai ao ar no dia 21/02/19, às 23h, com reprises dia 23/02/19, às 18h, e dia 25/02/19, às 13h, na UNITV, Canal 15 da NET POA. Também pode ser acompanhado ao vivo pela internet em www.unitv.br



Autonomia universitária e liberdade de cátedra

Saulo Pinheiro de Queiroz*

Autonomia universitária e liberdade de cátedra são, no direito positivo brasileiro, princípios constitucionais. Além disso, numa análise valorativa que precede o direito posto, são axiomas intimamente imbricados. Não existem isoladamente. Aqui, é bom que se diga que apenas a Constituição de 1988 reconheceu à autonomia universitária o seu status devido de princípio constitucional. Antes dela, apenas a Constituição de 1946 trouxe uma menção singela e isolada à garantia da liberdade de cátedra (art. 168, VII).

A bem da verdade, a autonomia didático-científica, elemento nuclear da autonomia universitária (cuja extensão se encontra, em certa medida, no artigo 207 da Constituição da República e, noutra medida, na doutrina constitucionalista, que costuma definir autonomia como *capacidade de autodeterminação e autonormação, nos limites estipulados pelo poder que a instituiu*), inexistiu sem liberdade de cátedra. Esta, por sua vez, vê-se disciplinada especificamente no artigo 206, II, da Constituição, segundo o qual o ensino será ministrado com base, dentre outros, no princípio da *“liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”*.

Existe, porém, todo um pano de fundo valorativo que se extrai da própria Carta da República, que antecede a constitucionalização da autonomia universitária e da liberdade de cátedra nos artigos 206 e 207 da Constituição (e que, por óbvio, também dá sustentação à manutenção dessa realidade jurídica). Podem-se citar, exemplificativamente, o próprio princípio democrático (art. 1.º, caput,

da Constituição, que define que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado *Democrático* de Direito) e os fundamentos da República Federativa do Brasil constantes dos incisos III e V do mesmo artigo 1.º (respectivamente, *dignidade da pessoa humana*, da qual decorre a liberdade de expressão, e *pluralismo político*, que conduz à necessária pluralidade de concepções pedagógicas e a uma livre circulação de ideias). Além disso, entre os objetivos fundamentais da nossa República (art. 3.º), vê-se presente o objetivo da *construção de uma sociedade livre, justa e solidária*, ou seja, definiu o constituinte originário que a liberdade é um valor primário e fundante de todo o nosso ordenamento jurídico, revestindo-se de várias facetas, dentre as quais a liberdade de cátedra. Além disso, no catálogo constitucional de direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5.º), são elementos de grande relevo a liberdade de manifestação do pensamento (inciso IV) e a liberdade de expressão (inciso IX), princípios dos quais, direta e inexoravelmente, decorre a liberdade de cátedra.

A vinculação da autonomia universitária e da liberdade de cátedra aos valores mais basilares positivados na Constituição brasileira é importante para que se observe a relevância que se lhe atribuiu o nosso ordenamento jurídico. Por sinal, o Supremo Tribunal Federal (STF), na análise da admissibilidade da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de n.º 548, julgada no último mês de outubro, antes do segundo turno das eleições presidenciais, alçou-as à categoria de *preceitos fundamentais* passíveis de proteção mediante ADPF. Vale

a referência ao fato de que o STF (ver a ADPF n.º 33) apenas reconhecia esse status a algumas categorias de preceitos constantes da Constituição, a exemplo dos direitos e garantias individuais, das demais cláusulas pétreas protegidas pelo artigo 60, § 4.º, dos chamados princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VII) e da proibição de vinculação do salário-mínimo para qualquer fim (art. 7.º, IV). Trata-se, então, de distinção apenas reconhecida àqueles preceitos que, além de formalmente constarem do texto da Constituição (o que, em uma constituição analítica e prolixa como a de 1988, não significa que sejam indispensáveis), sejam normas materialmente constitucionais.

“Quando se fala de autonomia e liberdade de cátedra, está-se a tratar de princípios constitucionais que gozam de precedência no sistema constitucional brasileiro.”

Saulo P. de Queiroz

A ADPF n.º 548 é, ademais, particularmente emblemática porque reconhece a ampla liberdade de exposição de po-

sicionamentos político-ideológicos aos membros da comunidade acadêmica, sem que isso se transforme em exercício irregular das liberdades de ensinar e de aprender.

Isso toma maior relevo em função das várias discussões que se observam, na sociedade e, em especial, nos órgãos legislativos dos estados-membros e da União, quanto à edição de leis que supostamente *combateriam a doutrinação ideológica* no âmbito das escolas e das universidades. Ora, caso se observe a aprovação de leis que violem ou mitiguem o alcance dos preceitos fundamentais da autonomia universitária e da liberdade de cátedra, por certo que se estará diante de atos legislativos passíveis de impugnação pelos mecanismos de controle de constitucionalidade disponíveis, seja no controle difuso, seja no controle concentrado.

O reconhecimento, portanto, em decisão plenária da Suprema Corte brasileira (ADPF n.º 548), ainda que em análise de medida cautelar, de que, quando se fala de autonomia universitária e de liberdade de cátedra, está-se a tratar não apenas de normas formalmente constitucionais, mas de princípios constitucionais que gozam de precedência no sistema constitucional brasileiro (vale novamente dizer, são *preceitos fundamentais*), dá às Universidades e aos respectivos membros de suas comunidades a segurança de que quaisquer investidas que lhes visem tolher a autonomia didático-científica ou a liberdade de cátedra não têm nem terão acolhida no ordenamento jurídico brasileiro.

* Procurador-Geral da UFRGS



Choque de liberalismo

Fernando Ferrari Filho*

Entre 2015 e 2018, período dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer, a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) acumulará – caso seja confirmada a projeção do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BCB), de dezembro de 2018, que prevê um crescimento de 1,3% – um resultado de, aproximadamente, - 5,5%, o que consistirá na mais severa recessão e estagnação da economia brasileira ao longo de sua história.

Motivos para a risível performance do PIB não faltam, entre os quais o processo de desindustrialização, as baixas produtividades dos fatores de produção, a queda dos investimentos públicos – diga-se de passagem, imprescindíveis e complementares aos investimentos privados –, políticas

monetária e cambial desajustadas, o crônico desequilíbrio fiscal, principalmente o financeiro (ou seja, o relacionado ao fluxo de rolagem da dívida pública), e a deterioração do cenário internacional, caracterizado pelo menor crescimento do PIB mundial e pela queda dos preços das commodities internacionais.

Diante desse cenário, o futuro ministro da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, o economista Paulo Guedes, indo ao encontro das “ideias” defendidas por Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial, bem como justificando a sua formação econômica na Universidade de Chicago, cujos princípios teóricos são o livre mercado e o *laissez-faire*, propõe um “choque de liberalismo” para resolver os referidos problemas de nossa economia. Assim sendo, as primeiras sinalizações de Paulo Guedes são

de uma agenda econômica liberal centrada nas privatizações, na desregulamentação dos mercados, na redução dos impostos, na independência do BCB – condição essencial para que a referida instituição se preocupe, única e exclusivamente, com o controle do processo inflacionário, em conformidade com o pensamento econômico monetarista da Universidade de Chicago –, nas reformas estruturais e na austeridade fiscal. Enfim, a solução “guedesiana” é Estado mínimo e dinamização da economia pelo lado da oferta (*supply side economics*), tal qual ocorreu nos governos Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, nos anos 1980.

Pois bem, tendo ciência de que o mundo real é condicionado pela incerteza econômica (sobre a importância da incerteza no processo econômico, sugerimos consultar

a obra *The General Theory of employment, Interest and Money*, de J.M.Keynes), ao “prospectarmos” o que poderá acontecer na área econômica a partir de 2019, surge a seguinte questão: será que, principalmente no período pós-crise financeira internacional (2007-2008) e grande recessão (2009-2010), há espaço para a agenda de Estado mínimo, livre mercado e *supply side economics*? Sem dúvida alguma, nossa resposta é não! Por quê? Pelo menos três argumentos fundamentam nossa categórica afirmação.

Em primeiro lugar, historicamente, o desenvolvimento econômico e social das economias capitalistas no século passado mostra que a articulação entre Estado, mercado e instituições foi fundamental (H-J. Chang detalha esse quadro em *23 Things They Don't Tell You About Capitalism*). Nesse sentido, para que o mercado precifique satisfatoriamente os recursos escassos e as instituições sejam instrumentos definidores de normas e atitudes para que os agentes econômicos possam ter “previsibilidade” de seus comportamentos, a dinâmica econômica não pode prescindir da ação estabilizadora, indutora e reguladora do Estado, seja para criar um ambiente institucional favorável à tomada de decisão de gastos dos consumidores, empresários e bancos, seja para mitigar as falhas de mercado.

Segundo, porque a crise financeira internacional e a grande recessão mostraram que tanto a intervenção do Estado na economia, através de políticas fiscais contracíclicas, quanto o afrouxamento de liquidez (*quantitative easing*) por parte dos bancos centrais foram essenciais para que a economia mundial não se configurasse em outra Grande Depressão, como a que ocorreu entre 1929 e 1933.

Terceiro, pelo fato de que, desde os anos 1950, os ciclos econômicos da economia brasileira têm sido caracterizados pela presença do Estado na economia, objetivando atender, em grande parte, aos interesses corporativos dos agentes econômicos – empresários dos setores agrícola, industrial e de serviços, especialmente, do sistema financeiro, e trabalhadores sindicalizados. Explorando o último argumento, caso o governo Bolsonaro insista em adotar uma agenda ortodoxa-liberal, a frustração das expectativas dos eleitores e das elites econômicas e políticas com o futuro presidente – diga-se de passagem, resistentes a mudanças abruptas e às perdas de privilégios e de incentivos e subsídios fiscais – e a pressão dos setores de baixa renda e excluídos socialmente, decorrente, entre outras, da manutenção das altas taxas de desemprego e da redução de seus direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988, podem fazer com que tenhamos a repetição da crise político-institucional do início dos anos 1990. Nesse particular, caso a história seja repetida, nos restaria saber se, como diria Karl Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ela se repetirá de forma trágica ou como farsa.

Concluindo, a realidade brasileira fará com que a retórica da ortodoxia liberal e a “mão invisível” do mercado, proposições de Paulo Guedes para solucionar os nossos problemas econômicos, sejam subordinados ao *modus operandi* da economia brasileira, em que o Estado é capturado pelos agentes econômicos e pelas elites políticas.

*Professor titular aposentado da UFRGS



Como nasce a pesquisa

Ciência Laboratórios contam parte da história da Universidade

Samantha Klein

Diferente de uma redação de jornal ou de rádio, onde as pessoas conversam quase ininterruptamente sobre reportagens ou assuntos da atualidade, os laboratórios de nosso imaginário são ambientes silenciosos. A cena é verdadeira devido à necessidade de foco no objeto analisado – muitas vezes invisível ao olho humano. Da concentração e da análise de dados coletados de amostras, podemos dizer que nasce boa parte dos grandes trabalhos científicos. Na UFRGS, entre os

pesquisadores destacados e seus respectivos laboratórios, podemos citar o professor de genética Francisco Salzano, que fez as primeiras investigações sobre a variabilidade genética da população brasileira, em especial, de indígenas. Após as expedições realizadas no Amazonas a partir do final dos anos 1950, foi no laboratório que as amostras de DNA foram analisadas.

Com centenas de citações em artigos acadêmicos, o neurocientista Iván Izquierdo, que estabeleceu seus estudos em memória e neuroproteção no Departamento de Bioquímica da Universidade, deixou discípulos de estudos na área. Esses são apenas alguns exemplos de ligação estreita entre a pesquisa e a atividade nos laboratórios.

A UFRGS tem cerca de 400 laboratórios e núcleos de pesquisas em todas as suas unidades. São aproximadamente 2,5 mil professores e técnicos, além de 12 mil alunos mestrando, doutorando e pós-doutorando e 2,7 mil bolsistas de iniciação cien-

tífica nas mais diversas áreas do conhecimento. O pró-reitor de Pesquisa até dezembro de 2018, Luís da Cunha Lamb, ressalta que, dos 500 artigos mais citados no Brasil, 47 têm autores aqui residentes. “Ou seja, pelo menos 9% das citações saem de trabalhos elaborados em nossa instituição. Portanto, o impacto é muito grande em todas as áreas.” E complementa: “A excelência da nossa pesquisa é a base da Universidade. Temos trabalhos que resultam em produtos usados no país inteiro, caso do melhoramento genético de aveia desenvolvido no laboratório do professor Luiz Carlos Federizzi”, ilustra.

Quando Federizzi iniciou o melhoramento da aveia na década de 1970, o Brasil era importador do grão. Na época, o cultivar não se adaptava ao clima do país; conseqüentemente, apresentava baixa produtividade e concorria diretamente com a soja. Em laboratórios da Faculdade de Agronomia, o Programa de Melhoramento Genético de Aveia foi constituído a partir dos

estudos do docente e de sua equipe. Hoje, as investigações continuam em busca de novas variedades na tentativa de apresentar sementes melhores que as anteriores.

Afora os trabalhos na agricultura, a Universidade tem grandes laboratórios em todos os campos do conhecimento. A Saúde, uma das áreas que mais recebe financiamento no mundo inteiro, contará com um novo investimento na UFRGS. Em parceria com o Ministério da Saúde, será construído o Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Medicamentos no Câmpus do Vale, a fim de reunir pesquisadores de diversas áreas. Com investimento de 38 milhões de reais, a proposta é suprir com remédios o Sistema Único de Saúde (SUS). Serão produzidos lotes-piloto para testes de novos medicamentos, atendendo a uma demanda nacional de instalações para esse tipo de fabricação, que hoje é feita por instituições privadas.

Além das Ciências Aplicadas e Exatas, as Humanas também

mantêm laboratórios e núcleos de investigação. Com a proposta de elaboração de um banco de dados, o Laboratório Interdisciplinar de Políticas Públicas e Sustentabilidade (Lipps) será montado no Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA), no Câmpus do Vale. “A ideia é dispor material de pesquisa para as Ciências Humanas e para outras áreas que trabalhem com discursos, textos e imagens. A Medicina Social ou a Ciência da Computação, por exemplo, também podem se interessar por inteligência artificial, big data e mineração de dados, e os impactos e desafios que essas novas tecnologias trazem para a pesquisa científica”, ressalta o coordenador do ILEA, José Vicente Tavares dos Santos. O início dos trabalhos está previsto para março, e os recursos obtidos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) serão utilizados para aumentar a capacidade de processamento e armazenamento do Centro de Processamento de Dados (CPD).

Genética de um povo

O geneticista Francisco Salzano (1928-2018) disse à UFRGS TV, em uma de suas últimas entrevistas, em setembro do ano passado, que o principal objetivo de reunir pesquisadores no Laboratório de Evolução Humana e Molecular é a produção de conhecimento que seja relevante para as pessoas. Ele é um dos pioneiros nos estudos de variabilidade genética da população brasileira. O professor começou estudando drosófilas (moscas-das-frutas) e, junto com seus colaboradores, logo transferiu seu foco para os povos indígenas brasileiros, como o grupo xavante, do Amazonas, em incursões realizadas com auxílio da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O mapeamento genético de povos ajudou os pesquisadores a compreenderem a evolução genética e o surgimento de centenas de etnias indígenas nas Américas. Os dados também mostraram a influência dos colonizadores por meio de um retrato molecular que confirma que a maior parte dos brasileiros, hoje, mesmo os autodeclarados brancos, carrega a herança genética indígena e negra em seu DNA materno. “Nosso contínuo interesse também está em combater toda forma de preconceito”, ressaltou o cientista.

O laboratório se confunde com a própria história da pós-graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade. A genética, no entanto, é interdisciplinar e tem braços em diversas unidades da UFRGS e no Hospital de Clínicas. Discípula de Salzano, a professora Maria Cátira Bortolini mantém a linha de pesquisa do mestre e avança com outros estudos. “Continuamos com o trabalho relativo a povos nativos e mestiços, mas também na linha de evolução de outros primatas. Foi algo que introduzi com meus alunos, sem esquecer que considerávamos que sempre fomos um grupo só. Até porque qualquer novidade entusiasmava muito o professor Salzano”, relata.

Em colaboração com o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro, o grupo da professora estuda variação de genes de comportamento em primatas do Novo Mundo. “Nada passa à margem da seleção natural. Com os fenótipos de comportamento adaptativo não é diferente. E o que fazemos é analisar quais são os genes envolvidos. Descobrimos variantes que dotaram certas espécies de macacos machos como cuidadores, sendo que os machos de mamíferos, em geral, não cuidam da prole. Descobrimos o repertório genético, e isso pode ter



importância farmacológica. Posteriormente, fármacos poderão ser desenvolvidos para autistas, por exemplo”, destaca a cientista.

“Descobrimos variantes da ocitocina e testamos em ratos, que apresentaram mudanças comportamentais dos machos. Essa é uma modificação evolutiva importante porque se trata de sobrevivência, não tem nenhuma relação com nosso olhar de afetividade”, sinaliza a docente. Nessa linha, a mestrandia Camila Canteli estuda a habilidade que macacos-prego desenvolveram para o uso de ferramentas. “Quero entender como as variações genéticas e a ocitocina estão associadas a esse comportamento e à sociabilidade que eles têm. O pessoal da USP descobriu nos anos 1990 essa habilidade, e as pesquisas na área avançam para entender os mecanismos evolutivos”, constata.



De cima para baixo:
(1) no laboratório iniciado pelo professor Salzano, a genética dos povos e primatas das Américas tem como objeto de estudo ossos;
(2) em uma das salas do laboratório, um acervo gigantesco de amostras de DNA.

Memória e esquecimento

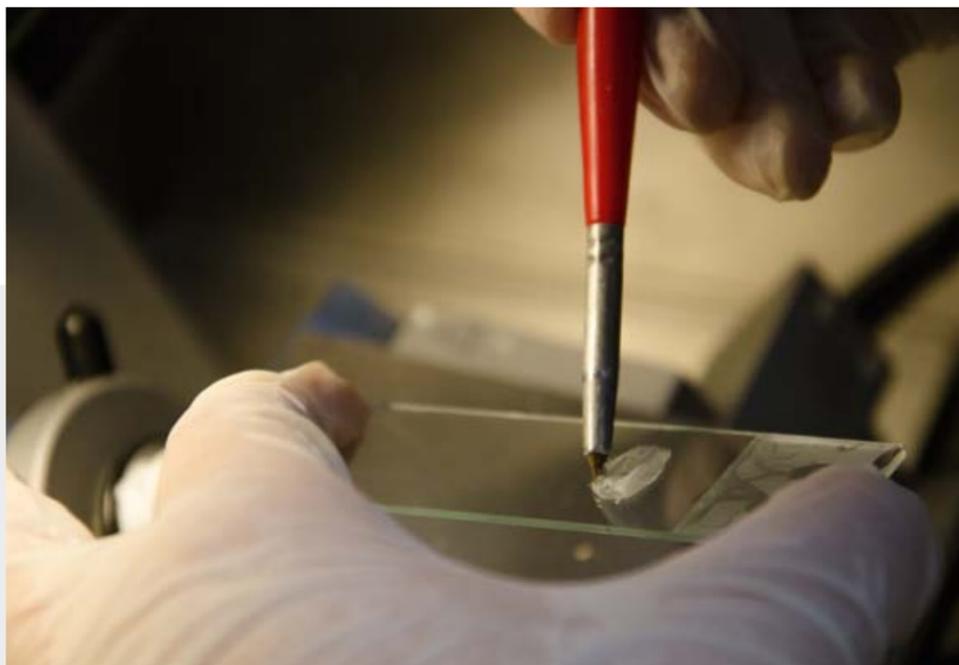
O cérebro ainda é um dos maiores mistérios do corpo humano. Os cientistas descobriram no final dos anos 1990 que o cérebro produz novas células ao longo da vida, caindo por terra um dos mais antigos mitos da ciência. É o processo chamado neurogênese. Parte dos pesquisadores mundo afora se voltaram para o tema com foco na cura para doenças como depressão e Alzheimer. No entanto, o processo de neurogênese não é suficiente para controlar a perda da memória.

Estudos mostram que outros mecanismos podem retardar a perda de memória ou minimizar seus efeitos. De qualquer forma, a prevenção é uma das melhores soluções, segundo o professor do Departamento de Bioquímica da UFRGS Carlos Alexandre Neto. “O desafio cognitivo é a melhor maneira de prevenir a perda cognitiva que aparece com a idade. Pessoas que desafiam seu cérebro, independentemente da idade avançada, terão menores problemas com a demência. A leitura, já que a linguagem ocupa boa parte do nosso cérebro, o aprendizado de línguas estrangeiras e as viagens, que proporcionam a observação e interpretação de novos lugares, servem como uma ativação cognitiva. Todas essas atividades não impedem a demência, mas sintomas demorarão mais a aparecer. Isso se chama reserva de função cerebral”, ressalta.

No Laboratório de Isquemia e Neuroproteção, derivado das pesquisas iniciadas por Iván Izquierdo e sua equipe

no Departamento de Bioquímica, são estudados os efeitos da isquemia e as possibilidades de redução dos danos. “O professor Izquierdo criou a área de neuroquímica da memória, e fui aluno dele. Quando voltei do doutorado para a UFRGS, lá em 1991, lembro que ele me emprestou 500 cruzeiros (em 1993 a moeda passa a ser o cruzeiro real e, em 1994, o real) para comprar o primeiro equipamento desse laboratório que montei dentro do departamento. Na época, era muito difícil fazer pesquisa no Brasil, mas depois as coisas foram melhorando”, ressalta o docente, que hoje coordena o laboratório.

Os pesquisadores que ali trabalham estudam isquemia cerebral, lesão medular e efeitos da hipóxia neonatal – quando o feto sofre com a privação de oxigênio, o que pode gerar efeitos graves na criança – com experimentos em animais. Todos esses traumas causam impactos no sistema nervoso e na memória. Carlos Alexandre ressalta que o desenvolvimento dos ratos com poucos dias de vida é semelhante ao dos recém-nascidos, o que viabiliza a simulação dos efeitos da hipóxia. O cientista explica que os animais são submetidos aos efeitos da privação de oxigênio e, em seguida, são colocados em ambientes enriquecidos. Ou seja, eles ficam em locais em que podem se exercitar. O estímulo faz com que os ratinhos tenham os malefícios da hipóxia neonatal diminuídos.



FOTOS: ROCHÉLE ZANDAVALLI/SECOM

Outra área de estudo é a relação entre a atividade física e o combate ao estresse oxidativo. Conforme o pesquisador, já ficou comprovado que, com exercícios contínuos, os animais conseguem melhorar sua capacidade de responder ao problema e apresentam recuperação parcial das funções cognitivas, tais como memória, percepção e habilidade para realizar movimentos complexos. “O exercício melhora a capacidade do cérebro de lidar com o estresse oxidativo. O oxigênio, com o passar do tempo, pode gerar resíduos tóxicos em nosso corpo cujas defesas não conseguem mais sintetizar. Tal processo ocorre com o envelhecimento, quando absorvemos menos vitaminas. Por outro lado, não basta sair tomando vitamina C porque é antioxidante. Em humanos, a fórmula não é tão simples assim, mas uma dieta equilibrada e o estilo de vida fazem toda a diferença.”



De cima para baixo:
(1) pesquisadora do Laboratório de Isquemia e Neuroproteção analisa corte de hipocampo de cobaias;
(2) doutorando avalia células neurais em imagens de alta resolução.

Materiais no acelerador

Como saber se o sal do Himalaia é realmente um sal produzido no país asiático ou uma mistura de sal comum com coloração rosácea? O que ele tem de diferente em sua composição química? Ou como garantir que um medicamento para impotência sexual masculina é realmente aquilo que promete? Como saber se um vinho tem procedência? Uma das etapas de comprovação da “assinatura digital” passa pela análise dos materiais.

No caso dos medicamentos, existe a marca padrão, os genéricos e os similares, mas também há uma enorme gama de remédios falsificados que trazem riscos aos usuários. “Buscamos a assinatura digital desse produto, que é uma marca química de determinado produto ou material. No caso do Viagra, por exemplo, a composição dele tem o princípio ativo chamado sildenafil. É uma cadeia com carbono, nitrogênio, oxigênio e um átomo de enxofre. Se não houver o enxofre, com certeza não estamos falando de medicamentos legais. O mesmo tipo de análise pode ser

feita com suplementos vitamínicos ou vinho. No caso dos vinhos brasileiros, sabemos que eles são ricos em rubídio, um metal que não está presente nas uvas de outras regiões. Assim, podemos descobrir sua origem”, sustenta o professor Johnny Dias Ferraz, um dos coordenadores do Laboratório de Implantação Iônica do Instituto de Física da UFRGS.

Ao entrar no laboratório localizado no Câmpus do Vale, o leigo se depara com um equipamento gigantesco – um acelerador de íons de 3 megawatts – que ocupa boa parte de um pavilhão de 600m². Já em uma sala separada, um acelerador menor, dos anos 1980, também funciona perfeitamente para experimentos. Criado em 1980, o Laboratório de Implantação Iônica tem uma história que começou anos antes com pesquisadores como o físico Fernando Zawislak. Assim como ele, parte dos cientistas da faculdade passou a utilizar a técnica que consiste em implantar íons em um determinado material, conhecê-lo e modificá-lo.

Como decorrência dos estudos, um dos grupos de pesquisa do laboratório se dedica à microeletrônica e aos semicondutores, tendo colaboração com a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado (Cientec), esclarece Johnny. “Buscamos entender como os íons energéticos interagem com a matéria, como vão excitar os átomos. Além disso, nos dedicamos à análise, caracterização e produção de novos materiais. Ao jogar íon dentro da matéria, ele fica preso lá, e é assim que produzimos esse chip do seu telefone que grava a entrevista.”

O laboratório ainda tem estudos em biossegurança e contaminação do meio ambiente. Além disso, a análise de metais dentro do pulmão, da musculatura ou do fígado de animais em testes é realizada a partir do acelerador de íons. “Utilizamos uma amostra do tecido orgânico, secamos, colocamos no acelerador e verificamos se determinados compostos e metais estão presentes. A ciência forense nos auxilia a estudar se alguém foi contaminado ou utilizou armas de fogo, por exemplo”, finaliza.



FOTO: GUSTAVO DIEHL/SECOM

Pesquisador analisa nível de nitrogênio em acelerador de íons no Instituto de Física



Os fiscais do vestibular

Ricardo Cortez Lopes*

Quando o candidato do concurso vestibular da UFRGS chega à sala de prova, eles estão lá identificando os concorrentes por um documento. Se deseja ir no banheiro ou comer, eles estão lá também. Quando entrega a folha de respostas, são eles que a acondicionam no envelope. Alguns são mais solidários, outros mais rígidos. Mas uma coisa a maioria dos fiscais do concurso têm em comum: a vontade de que a instituição selecione os candidatos mais alinhados com os valores da Universidade. O curioso é que isso acontece mesmo que não exista uma vigilância constante dos fiscais.

Essa é a conclusão a que cheguei após realizar uma pesquisa extensa. Por meio da triangulação de pesquisa quantitativa (questionário respondido por mais de 100 fiscais), pesquisa qualitativa (relato etnográfico realizado em quatro concursos) e análise documental, concluí que aquilo que move a grande maioria dos fiscais a fazer seu trabalho não é o medo da punição. Nem a remuneração. É alguma coisa para além disso e que merece reflexão.

A maior motivação que encontrei foi o desejo de ver selecionados (ou seriam premiados?) os candidatos que realmente estudaram para a prova. Isso se mostrou tanto na pesquisa de campo quanto na pesquisa por questionário: foram presenciados diversos esforços para coibir fraudes, independentemente das condições de trabalho e de possíveis retaliações dos candidatos. Isso porque, conforme me foi relatado, em muitos locais de prova havia evasão de

fiscais (que iam no primeiro dia e depois não apareciam mais), imprevistos que mudavam a logística (janelas que quebravam) ou mesmo precariedade nas instalações. O trabalho dobrava e mesmo assim os fiscais não titubeavam em tentar garantir a lisura do certame.

Avaliei uma série de documentos institucionais antes de sair a campo. Regimentos, editais e demais fontes apontaram para um perfil de aluno desejado: aquele que se foca no estudo e que consegue aplicar o seu conhecimento na prática. Ler esses documentos por completo não é requisito para nenhuma matrícula, mas as atitudes dos fiscais no momento pré-campo apontaram que esse perfil se refletia em suas ações. Vale notar que a seleção dos fiscais é realizada por sorteio, e não por uma prova de legislação, o que evidencia que a Universidade cativa os alunos na vivência cotidiana mesmo.

Atuando como fiscal e convivendo com os colegas de função para montar o relato, pude presenciar situações e me informar sobre outras. Desse material resultou o diário de campo e o relato etnográfico. No decorrer da investigação, foi possível perceber que, como fiscais, os alunos pareciam muito mais inclinados a socializar uns com os outros, muito mais do que no próprio câmpus. Presenciei, por exemplo, fiscais de mesmo curso que nunca tinham se visto antes. Também ouvi relatos de pessoas que se tornaram amigas após a atividade de fiscalização. Foi possível perceber cumplicidades construídas ao longo dos dias de concurso, mas que se tornavam também embates severos na

mesma medida. Assim, observei sorrisos e conversas de corredor, mas também vi discussões de como lidar corretamente com alunos fraudulentos.

Os questionários apontaram outros aspectos. Um deles é que a maioria dos participantes (86,1%) estava tendo a primeira ou a terceira experiência como fiscais, o que significa que eles mesmos tinham sido, recentemente, candidatos no vestibular. Ou seja, as sensações de estar no outro lado ainda estavam bem vivas. Do total de entrevistados, 71,6% declararam-se mulheres e 52,9% estavam na faixa etária até 25 anos, o que mostra um perfil bastante rejuvenescido. Dos participantes, 99% – número impressionante, diga-se de passagem – buscaram seguir as normas do Manual do Fiscal – 37,6% relatou que optou por fazer assim por questões éticas particulares e apenas 12,9% por medo de serem flagrados em irregularidades. Entre o 1% que afirmou não ter seguido as regras, curiosamente, havia apenas estudantes de cursos de humanas. A proporção de participantes da pesquisa por área foi a seguinte: 28,4% de Ciências Humanas, 28,4% de Ciências Exatas e da Terra, 20,6% de Ciências da Saúde, 14,7% Ciências Sociais Aplicadas, 4,9% de Linguística, Letras e Artes e 2,9% de Ciências Biológicas.

A partir disso e pensando com a literatura sociológica, concluí que o vestibular funciona como um ritual moderno de “purificação” do indivíduo para que este possa pensar de maneira mais ampla do que uma pessoa que não estudou. O objetivo é abandonar o pensamento mais individual

pelo saber acumulado pela humanidade. Assim, a Universidade é um rito de passagem – daqueles que são aprovados, a sociedade espera um comportamento de “liderança”. Por esse motivo, os fiscais atuam como garantidores da possibilidade de o candidato seguir nessa condição ritual, porque senão ele não avança no processo e volta a ser uma pessoa individual. Toda essa responsabilidade causa neles uma mistura de sentimentos em relação ao vestibulando: a empatia por já terem passado por essa situação (recentemente, segundo a amostra) e a necessidade de garantir a honestidade na competição, que nem sempre é justa por conta das diferenças entre as escolas e as criações individuais dos competidores.

Geralmente, histórias de fiscais são muito engraçadas – ou trágicas – e falam muito de como a nossa sociedade pensa, de como a questão da fraude reflete uma insegurança com avaliações. Acompanhei muitos relatos de dores de barriga ou de vômitos por parte de candidatos, os quais os fiscais tinham de acompanhar de perto nos banheiros e não raro ficavam enjoados igualmente. Ou seja, os momentos de avaliação são de empilhar nervos porque o competidor enxerga o vestibular como uma régua para medir quem ele é como um todo. Não passar no concurso passa a ser falhar como pessoa, e para isso não acontecer ou se sacrifica a integridade física, com o nervosismo, ou a moral, fraudando.

*Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS



Fiscal observa candidatos durante o Concurso Vestibular realizado em janeiro de 2018

Um gigante em crise

Paulo Nogueira Batista Júnior
Ex-representante brasileiro no FMI e BRICS avalia a situação do país no cenário econômico mundial

O Brasil construiu nas últimas décadas uma posição consolidada no cenário econômico internacional, mas começa a perder protagonismo no Novo Banco de Desenvolvimento, instituição criada pelo bloco BRICS (união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A avaliação é de alguém que acumula grande experiência nas negociações internacionais do país. Paulo Nogueira Batista Júnior foi diretor executivo indicado pelo Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2007 a 2015 e vice-presidente do chamado banco dos BRICS entre 2014 e 2015. Em entrevista ao JU, ele traça um panorama da situação atual brasileira junto aos dois órgãos financeiros internacionais, comenta como as crises política e econômica afetaram a imagem do país no exterior e projeta o futuro próximo no cenário econômico internacional.

O que se pode esperar, em um futuro próximo, da situação brasileira no FMI?

O Brasil tem muitos problemas econômicos, mas tem uma posição econômica externa consolidada, com parâmetros de pagamento razoavelmente equilibrados. Não precisamos recorrer ao FMI, diferentemente da Argentina. O Brasil não é devedor, ao contrário, é credor do Fundo. O diretor brasileiro lá é o ex-presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que acabou de se reeleger por dois anos e sei que conhece profundamente o FMI. É um cara experiente, pode ajudar a nova equipe do governo eleito a se inteirar dos assuntos.

Nesse período de crise, o Brasil perde protagonismo dentro do Banco dos BRICS?

Perde. Quem propôs os BRICS foi a Rússia em 2008, mas o Brasil logo assumiu o posto de propulsor do processo. E não por acaso as duas realizações concretas dos BRICS, o Fundo Monetário e o Novo Banco de Desenvolvimento, foram assinados em Fortaleza sob a presidência do Brasil. Ainda



TATJANY LUKRASHA/FCZ/UFRGS

durante o mandato de Dilma, quando entrou em crise, o Brasil perdeu expressão no bloco. Continuou se apagando muito no governo Temer, um governo fraco, com pouca legitimidade. Então é muito diferente a posição internacional do Brasil no FMI e em outros fundos depois de 2015. Perdemos capacidade de atuar. Perdemos prestígio, a qualidade de nossas equipes caiu. Mas ao contrário do boato que circulava, de que o Temer iria tirar o Brasil dos BRICS, nunca houve esse pensamento. Bolsonaro não fez nenhuma referência aos BRICS até agora; a única coisa que fez foi alguns ruídos com a China, como a visita a Taiwan, que eles consideram uma província rebelde. Ele deu declarações de que a China tem que comprar do Brasil e não comprar o Brasil – uma consideração legítima. Mas causou certa inquietação, e o governo chinês mandou um recado através de um editorial duríssimo em um de seus jornais mais importantes, com tom muito agressivo, incomum, que só vi usarem contra o Japão, um inimigo histórico, e contra o Trump, depois de muita provocação. Bolsonaro fez alguns gestos conciliatórios depois: recebeu a

visita do embaixador e disse que vai ampliar o comércio com a China. Ele vai e volta, recua muito em declarações polêmicas.

O que está em jogo? Qual a importância dessa cooperação?

O Brasil assume a presidência dos BRICS, rotativa, em janeiro de 2019. O novo governo chega com a tarefa de conduzir esse processo. O Itamaraty tem uma equipe permanente lá, que conhece profundamente os BRICS e pode ajudar o novo grupo a tomar pé da situação e não sair “dando caneladas”, como diz o próprio Bolsonaro. A próxima cúpula vai ser no Brasil sob a presidência de Bolsonaro. E em julho de 2020 há outra data importante: por acordo, o Brasil indica o presidente do banco dos BRICS. São mandatos de cinco anos. Concretamente, a bola está com o Brasil. O que aconteceu foi que, infelizmente, o primeiro presidente do banco, indicado pela Índia, não foi uma boa escolha, na minha avaliação. Eu o conheci, trabalhei lá com ele. Se Bolsonaro não escolher um bom nome, o banco terá um presidente que pode atrapalhar o desenvolvimento desse projeto, que é muito ambicioso.

Quanto os BRICS dependem do Brasil?

O grupo está muito desigual. Dois membros passaram por crises econômicas muito sérias: Brasil e África do Sul. China e Índia vão muito bem, são economias altamente dinâmicas, apesar de não se saber se o conflito com Trump poderá afetar o desempenho econômico chinês mais pesadamente. A Rússia é um caso intermediário, teve dificuldades econômicas, mas não tão graves quanto as enfrentadas no Brasil e na África do Sul. Depois da crise na Crimeia, a Rússia tem sido submetida a sanções por mais de 40 países – uma vulnerabilidade política que afeta o comportamento russo no bloco. Se o Brasil continuar com um desempenho ruim, não é bom para os BRICS, mas não vai inviabilizar o movimento, porque deixamos de ser o motor do bloco, que passou a ser cada vez mais a China. O que não é tão bom, porque o Brasil tem uma visão global dos problemas, e a China tem uma agenda nacional mais estreita, ainda está desenvolvendo essa noção mais ampla, se sofisticando rapidamente, crescendo em vários sentidos, inclusive na representação em

órgãos internacionais. O Brasil tem novamente um problema de autoestima muito sério. Sofreu um eclipse prolongado, mas tem um capital muito grande. Às vezes não se percebe, mas o Brasil é um dos países emergentes com melhor corpo diplomático e mais tradição de atuação.

A incerteza quanto à política externa brasileira causa insegurança junto aos países com que cooperamos?

Sim. Esses países estão observando com muito cuidado o que está acontecendo. Por exemplo, quando houve o impeachment, os chineses e os outros passaram a tratar com o novo governo, ainda que pudessem preferir a continuação da administração de Dilma. Eles eram muito ciosos da esfera política de cada um, porque essa cooperação entre os BRICS não é uma integração profunda, não é uma aliança. Não há, por exemplo, uma agenda política comum ou, se existe, é muito limitada. Certamente, os russos, os chineses e os indianos estão observando o que está acontecendo no Brasil, estão aguardando para ver. Os chineses resolveram se antecipar e dar um alerta por meio do referido editorial.

Esse quadro se reflete nas relações comerciais?

Sim, porque muitas empresas podem adiar investimentos relacionados ao comércio ou a outras atividades, até que possam ver que rumo toma o governo. Como a eleição foi ganha por um político que evitou debates, com um programa muito genérico, o ponto de interrogação maior costuma ser em relação a situações adversas. Qualquer governo que ganhasse as eleições teria problema para fazer passar sua agenda, aprovar reformas. O que é peculiar a Bolsonaro é uma certa vacilação, como o Paulo Guedes dar declarações gratuitas contra o Mercosul, contra a Argentina – o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. A China, desde 2009, é nosso principal parceiro comercial. Então, eles estão tateando, estão “dando umas caneladas”. Saindo da área econômica, a mudança da embaixada para Jerusalém, por exemplo, não foi bem pensada. Já há temores de que os países árabes possam se manifestar, e o Brasil exporta muitos produtos para o mundo árabe. É curioso que Bolsonaro recua com muita rapidez. Em vários momentos da campanha e depois, ele avança com uma proposta controversa, recebe um contravapor e recua. Inclusive na questão da embaixada, dando uma recuada, deu a entender que não é questão fechada.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Maratona de dados

Ciência *Evento desafia estudantes e coloca em evidência a importância da aprendizagem ativa*

Alunos oriundos de diferentes cursos – Matemática, Estatística, Informática – e de diferentes níveis – graduação, mestrado – estavam em silêncio enquanto o professor Markus falava: “No logo do nosso Instituto [de Matemática e Estatística] dá para ver um ‘Cezinho’ ali de Ciência da Computação. Todas as áreas participaram”, brinca. Apesar de exaustos após 48 horas de trabalho quase ininterrupto, os participantes aguardavam atentamente a definição do I Datathon UFRGS. O evento ocorreu de 15 a 17 de outubro de 2018 dentro da agenda de atividades da IX Semana Acadêmica da Estatística (Semanástica) e foi ocasião para comemorar os 40 anos do bacharelado em Estatística. Os alunos não eram os únicos que estavam ansiosos – nos dias anteriores, uma única dúvida ecoava nos corredores do departamento: será que a nossa empreitada vai ser bem-sucedida?

O termo datathon é uma junção de duas palavras da língua inglesa: data (dados) e marathon (maratona). É literalmente uma maratona de análise de dados em que os participantes se reúnem em grupos e têm horas ou dias para apresentar uma iniciativa inovadora, normalmente dentro de um assunto predeterminado. Neste caso, para aproveitar o tema em evidência na época, o tópico definido foi eleições. “Não houve tanto financiamento de campanha esse ano; a conversa sobre

eleições começou um pouco tarde demais, e é um momento um tanto complicado. Então pensamos: vamos tomar essa direção”, explica Markus Stein, professor do departamento de Estatística. As propostas desenvolvidas pelas quatro equipes participantes, formadas por afinidade na largada da maratona e que tinham de 2 a 4 integrantes, abarcaram desde a procura pelo perfil do eleitor de determinado candidato até a busca por inconsistências entre o desejo de renovação do executivo e as eleições legislativas.

A equipe vencedora analisou as receitas e os gastos de candidatos e partidos. Eles perceberam que a grande maioria dos candidatos recebe um repasse baixo dos partidos e uma minoria recebe um valor muito acima da média, o que sugere que os partidos preferem apostar alto em poucos candidatos a dividir o fundo eleitoral de forma equânime. “A gente consegue ver que a tendência de candidatos que gastam bastante serem eleitos permanece. Com isso, chegamos a uma conclusão puramente visual de que é muito difícil alguém que tem um gasto baixo conseguir se eleger”, explica o integrante Cristiano Sulzbach, formado em estatística e mestrando em Ciência da Computação.

O grupo criou um aplicativo que facilita a visualização dos dados por meio de gráficos e tabelas. Os membros da equipe explicaram o objetivo da ideia para os presentes, que ocupavam

uma das salas de aula do Instituto: “A quantidade de dados disponíveis está cada vez maior. Como confiar e ter acesso a esses dados? Será que vão conseguir entender e interpretar aquela informação? Queremos permitir que uma pessoa leiga consiga saber o que o partido está gastando, com quem, etc., no sentido de simplificar ao máximo, para que qualquer pessoa consiga ter acesso a essa informação. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dá acesso a uma tabela gigante; muitas pessoas não sabem nem baixar”. O aplicativo está disponível no link <https://sulzbach.shinyapps.io/datathon/> (para acessar, deve-se usar o usuário datathon e a senha datathon).

Myrian Nogueira, mestranda em Computação Aplicada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), considera que a sanção, em 2011, da Lei de Acesso à Informação – a qual regulamenta o direito constitucional de se conhecerem as informações públicas –, apesar de representar um avanço essencial, ainda é insuficiente, caso não haja quem analise os dados. “É uma obrigação que as instituições e órgãos governamentais publiquem suas informações, mas é um monte de dados que você não tem como entender. O pessoal do governo fala: ‘eu já publiquei, agora você que se vire para entender, eu já fiz minha parte’. Esses dados precisam ser processados, trabalhados”, observa.

Myrian, que é paraguaia, veio a Porto Alegre especialmente para acompanhar o I Datathon UFRGS. Seu trabalho de pós-graduação investiga eventos que envolvam métodos de aprendizagem ativa, integração entre os diferentes campos do saber e engajamento civil, como os hackathons – maratonas de programação – e os datathons. “O pessoal compartilha conhecimento, e o aprendizado fica com cada um após o evento. É muito interessante a interação com o pessoal de outras áreas, como aconteceu aqui no Datathon. É necessário não só um cientista de dados, mas também alguém que entenda desses dados, que dê um sentido a eles”, argumenta. Uma maior participação de alunos de outros departamentos ficou definida como uma meta a ser perseguida pelas próximas edições. Markus sugeriu: “Por que não adicionar ao nosso logotipo um ‘E’ de engenharia, de economia? Acho que podemos agrupar todos que gostam de análise de dados e têm vontade de desenvolver soluções simples para a sociedade”.

Também professor da Estatística, Rodrigo dos Reis tem participado de iniciativas do tipo hackathon há mais de cinco anos e considera que esses eventos estão cada vez mais alinhados com as exigências do mercado de trabalho. Ele cita empresas cujos processos seletivos são pequenos datathons ou hackathons.

“O mercado quer esse tipo de coisa: uma construção de ideias de uma maneira muito rápida e que dê resultado.” Ele não economizou elogios aos alunos: “É raro chegar em um ambiente e ver essa qualidade. Eu tenho visto startups se formando, crescendo e ganhando corpo com ideias muito mais simples do que as que foram apresentadas. É um movimento que já surge grande, já começa bem em termos de profundidade, e eu gostaria muito que tivesse um segundo, um terceiro, um quarto”, empolga-se.

Gabriel Holmer, aluno do quarto semestre de Estatística, reflete que o datathon representa uma oportunidade para aprender mais conceitos de forma superintensiva. “Eu, por exemplo, nem sabia fazer um mapa ontem, e a gente apresentou uns ali”, reflete. Questionado sobre se a maratona tinha sido exaustiva, ele desabafa: “Bah, tô morrendo de sono”.

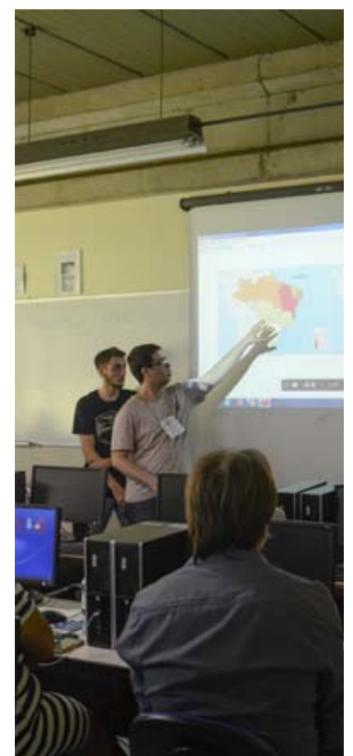
Entretanto, o trabalho duro compensou. “Por que não utilizar a maratona em sala de aula como avaliação? A gente pode conviver muito e entender a evolução de cada um. De repente, em vez de três provas, podemos ter três datathons ao longo do semestre”, sugeriu, em tom de brincadeira, o professor Markus Stein, sendo aclamado pelos alunos.

Henrique Moretto
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

FOTOS: ROCHELE ZANDEVALI / SECOM



O I Datathon UFRGS ocorreu em outubro do ano passado durante a IX Semana Acadêmica da Estatística



Meu Lugar na UFRGS



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Entradas e saídas

No entorno de um prédio de tijolos à vista, morros verdes-escuros indicam proximidade ao município de Viamão. Dentro, há um verdadeiro cemitério de móveis: vários apetrechos são empilhados em setores, formando uma verdadeira bagunça organizada. É a Divisão de Recolhimento e Desfazimento de Bens Móveis (DRDBM) da UFRGS, localizada no Câmpus Agronomia, e é também onde Éder da Silva Homem, de 34 anos, atua como prestador de serviços terceirizado há quase 12 anos.

Nascido em Viamão, já foi funcionário num supermercado e numa gráfica antes de vir parar aqui, em 2006. Seu pai, por uma questão de saúde, saiu da DRDBM em 2005, indicando à vaga o seu filho desempregado: Éder.

Na UFRGS, sempre trabalhou dentro do Departamento de Patrimônio, recebendo material, fazendo entregas e registrando a movimentação de entrada e saída de móveis. Como terceirizado, hoje é almoxarife no setor responsável pelo recolhimento dos bens inutilizados na Universidade. Lá também acontece o desfazimento de objetos por meio de doação, leilão ou inutilização e se disponibilizam materiais para serem reutilizados pelas Unidades da academia.

Pai de uma filha de 3 anos, comenta que às vezes tem que ficar brincando até as 11 horas da noite com a menina. Mesmo assim, lembra todos os dias às 5h, pega ônibus às 6h e chega ao trabalho às 7h, enquanto o seu expediente começa apenas às 7h30. “Não gosto de chegar atrasado, prefiro chegar antes”, explica.

Apesar de nunca ter trabalhado em outro setor da UFRGS, defende: “A chefia aqui é tranquila, a gente consegue conversar, não se tem um olhar diferenciado por sermos terceirizados. Eles nos ouvem e adotam muitas ideias, e isso é muito interessante, faz a gente querer ficar. Aqui é o melhor que tem, não adianta”.

Dentro do departamento, ele é conhecido como “Pino”: “Na verdade, quase ninguém aqui

se chama por nome, quase todo mundo é por apelido”, brinca. Ao perguntar de suas amizades no trabalho, comenta: “É uma palhaçada só, todo mundo dá risada. Tem um que é careca e me mandou esses dias uma foto nossa dizendo ‘nesse tempo tu era magro e eu tinha cabelo!’. E são coisas desse tipo que vão marcando o tempo, sabe?”.

Além da boa relação de trabalho, Éder acresce: “Gosto (daqui) por não ter tanto movimento de pessoas: como nós recebemos o pessoal nas segundas e terças, nos outros três dias ou a gente sai (para fazer entregas), ou a gente fica aqui dentro arrumando o depósito. É bom porque tu vai arrumar as coisas e fica lá num silêncio, só mexendo no material. Às vezes ainda é uma coisa que tu não conhece, mas tu tem tempo para pegar, olhar e, de repente, aprender coisas diferentes”. Na DRDBM, os funcionários estão em contato com móveis e outros utensílios de tal maneira que passam a conhecer e compartilhar histórias com eles.

Éder lembra que, quando surgiu uma vaga de auxiliar de almoxarifado, foi por causa da morte de um colega, o Moacir: “Eu entrei no lugar dele e, quando fui usar o computador em que ele trabalhava, vi que tinha muitas fotos com os seus filhos. Muitas mesmo. Ele era divorciado, morava sozinho e tudo. É uma coisa que eu não costumava comentar, mas é um negócio que me marcou, sabe? Porque eu tive que apagar tudo aquilo ali. E como a gente não tinha contato com a família, não tinha nem como perguntar se alguém queria alguma foto”. E isso marca a Divisão de Recolhimento e Desfazimento de Bens Móveis: seus funcionários e todos aqueles materiais, aqueles montes de computadores, geladeiras, liquidificadores, mesas, cadeiras, armários, microscópios, enfim, tudo ali, de certo modo, um dia vai partir.

Carolina Pastl,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

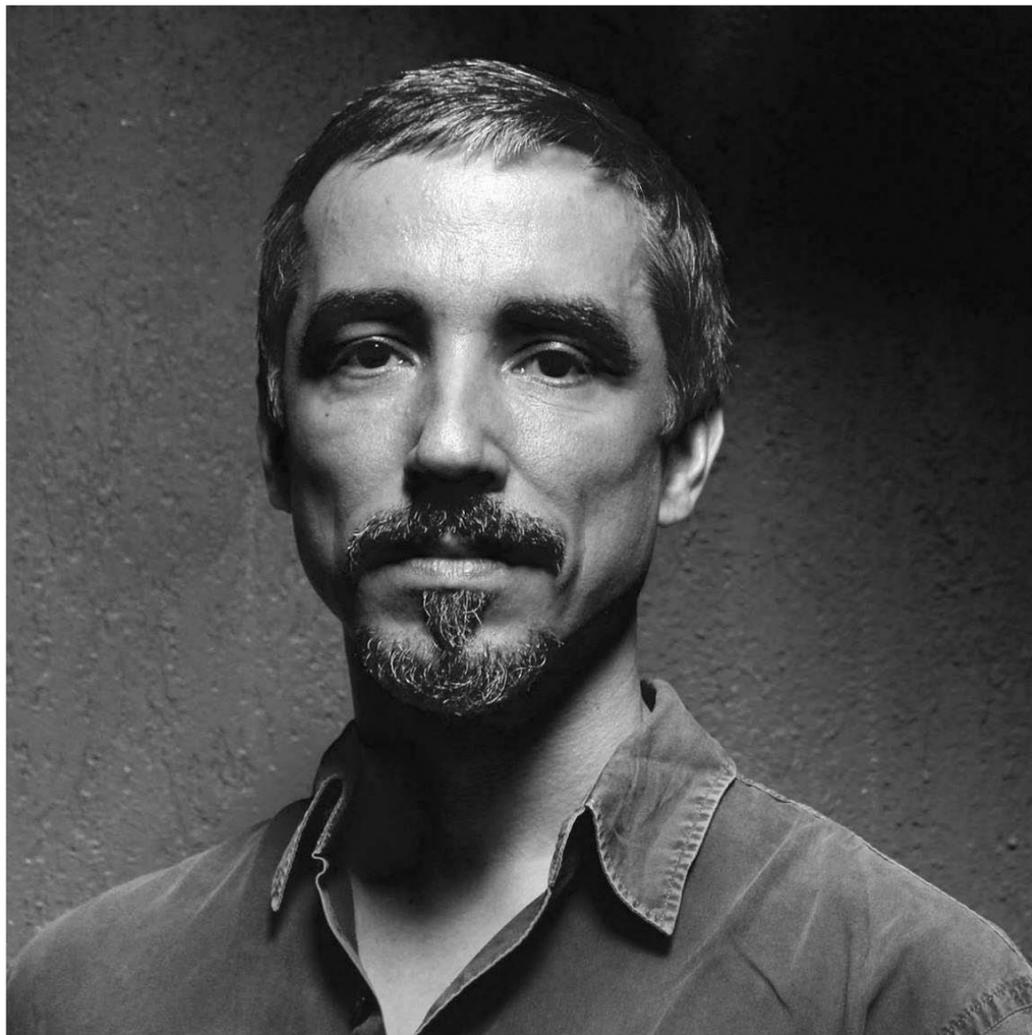
Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Nem tão distantes assim



ESTEBAN O. CORZO

Para quem ainda acredita na dicotomia entre ciências humanas e exatas, conhecer Gonçalo Ferraz talvez seja uma interessante provocação. Lisboa em sua origem, mas de alma cosmopolita, é um crítico contumaz de tal divisão – e com fundamento. Há quase 20 anos se dedica à pesquisa científica na área de Biologia, e há um mês lançou na Feira do Livro de Porto Alegre sua primeira obra poética: *Palavras com Som*, publicada pela editora Libretos. No entanto, já faz tempo que arte e ciência convivem em sua rotina.

“Cresci acostumado à ideia de que as coisas realmente importantes a gente fala em verso”, lembra Gonçalo, destacando que a poesia na família já está na quarta geração: pai, avô e bisavô também escreviam. Sendo o quinto de seis filhos, desde muito cedo percebeu que compor versos e lê-los para os outros era uma forma de chamar a atenção. “Sempre teve também esse lado meio perverso”, ele ri. Sua mãe, que é matemática de profissão, começou a escrever depois dos 60 – seu primeiro livro se chama *Os meninos com nomes de números*. Foi também por influência dela, Gonçalo presume, que desenvolveu o gosto pelo raciocínio lógico. Quando pequeno, acompanhava as experiências da mãe em casa, e as brincadeiras nas quais ela preparava para seus alunos o encantavam.

“Sempre gostei de andar no campo, ver bicho, sentir o espaço à minha volta, o silêncio”, ele conta. Aos 15 anos, fez parte de um grupo de observação de aves. Com a saída do professor responsável, ele e alguns colegas decidiram dar continuidade às atividades da equipe e dedicaram-se à elaboração de um projeto. Com

a ajuda do cunhado, que na época estava iniciando o doutorado, teve o primeiro contato com a pesquisa. “Aconteceu uma coisa muito legal: eu e meus amigos nos dedicamos muito para fazer esse projeto funcionar. Só que a gente não tinha experiência, não tinha noção de o quanto a clareza da pergunta inicial é fundamental para uma iniciativa científica. Então fizemos um megaprojeto para coletar o máximo de dados que pudéssemos, jogar tudo numa base de dados e ver o que acontecia. Foi muito interessante, academicamente, eu fazer errado nesse momento, porque o projeto nunca chegou ao fim. Gerou uma caixa cheia de fichas, e a gente nunca fez nada. Mas para mim foi uma lição enorme”, acrescenta.

Depois da graduação em Biologia pela Universidade de Lisboa, Gonçalo transformou o gosto pela natureza e pelos números em trabalho: cursou mestrado e doutorado em Ecologia e Biologia Evolutiva na Universidade Columbia, em Nova Iorque, com ênfase em dinâmica de populações. Nas suas próprias palavras, trabalha “contando bicho”.

Em suas andanças, viveu por oito anos em Manaus antes de se mudar para Porto Alegre, em 2012, para se tornar professor do Departamento de Ecologia da UFRGS, onde coordena o Laboratório de Ecologia de Populações e atua como pesquisador, colaborando com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Foi em Manaus que Gonçalo conheceu dona Omarina Guerra, advogada e mãe de cinco filhas, das quais ele recorda com carinho. Acolhido por elas em um dia difícil, escreveu e lhes dedicou *As Amazonas*, o único poema que fez em um

período de sete anos. “Mande para um amigo, que mandou para elas, e no dia seguinte já me chamaram para almoçar. Um almoço de domingo. Dona Omarina trouxe uma caixa de papéis que tinha em casa, e a família inteira leu poesias, providas de várias ocasiões. Sei lá o que é que a poesia faz, e não sei se estou interessado em desmontar isso, mas essa experiência me marcou muito. Me deu uma convicção muito forte: eu preciso dar um jeito de existir dessa forma também. É uma satisfação muito grande. A gente não leva nada daqui se não forem esses momentos.” Até então, Gonçalo costumava esperar ser tomado de muito sentimento para escrever. Ao chegar a Porto Alegre, aos poucos isso mudou. Começou a frequentar saraus e slams – campeonatos de poesia falada – e, fascinado pelos encontros, passou a escrever uma vez por semana. Foi dessa rotina que nasceu seu livro.

Para Gonçalo, tanto no verso quanto na pesquisa, é preciso dar espaço para que as palavras “tomem vida própria”. No entanto, segundo ele, são diferentes as regras do jogo. “Na Biologia existe uma verdade; na poesia, não. Quando a gente se sente meio esmagado pela responsabilidade de fazer as perguntas certas, coletar dados corretamente e analisá-los de maneira a alcançar uma verdade científica, a poesia dá uma liberdade complementar. O campo de jogo é outro. Na poesia não existe uma coisa certa, mas, sim, maneiras de expressar ideias”, sintetiza.

Natalia Henkin,
estudante do 7.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Espaço para o tornar-se

TEXTO **LÍVIA BIASOTTO**
FOTOS **BRUNA ZANATTA**



A fim de contemplar artistas em início de carreira e de ampliar o acesso a um dos principais palcos de Porto Alegre, o projeto Som no Salão é uma proposta da equipe do Salão de Atos da UFRGS. Em oito anos de existência, os selecionados vêm realizando o que pode ser considerado um sonho: uma noite exclusiva de espetáculo musical com toda infraestrutura técnica de luz e som, registro audiovisual, produção de conteúdo e difusão cultural. O resultado disso são experiências de fruição completa para além da música, complementadas por múltiplas linguagens artísticas, que abrangem a concepção cenográfica, os jogos de luz, a dança e a performance. Estas, juntas, dão corpo ao processo de criação autoral. Na edição 2018, os artistas apresentaram narrativas que intercalaram ficção e realidade em uma programação diversificada em termos de estilos musicais e permissiva com a questão espaço-tempo – jornadas interplanetárias futurísticas, cotidiano e histórias de vida repletas de ancestralidade. Foram momentos de poética expandida como lugares de permanência da alegria e do tornar-se.

LÍVIA BIASOTTO É ADMINISTRADORA, PRODUTORA CULTURAL E COORDENADORA DO PROJETO SOM NO SALÃO. **BRUNA ZANATTA** É ESTUDANTE DO CURSO DE ARTES VISUAIS DA UFRGS E BOLSISTA DO PROJETO SOM NO SALÃO

1

1 - DONA CONCEIÇÃO
07 DE NOVEMBRO3 - TRABALHOS ESPACIAIS MANUAIS
24 DE OUTUBRO

2

3

2 - DANIEL DEBIAGI
05 DE DEZEMBRO4 - AFROENTES
14 DE NOVEMBRO

4